

O SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL**THE HEALTH SERVICE OF THE BRAZILIAN ARMY IN THE CONTEXT OF THE FRENCH MILITARY MISSION IN BRAZIL**

DOI 10.5281/zenodo.13857026

Charles Klajman¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo discorrer sobre o legado da Missão Militar Francesa no Brasil (MMFB) para o Serviço de Saúde, com ênfase na Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde (EASS). Para tanto, investiguei os antecedentes da reorganização desse quadro a partir de 1890, bem como os impactos das legislações das décadas seguintes, procurando relacioná-los à atuação da fração de saúde enviada pelos franceses. Também abordo a Missão Médica Especial expedida à França em 1918 e o impulso promovido pela MMFB na área de Veterinária. O tema é contextualizado com base nos documentos pesquisados, prioritariamente fontes primárias. Este artigo não apenas lança luz sobre o legado específico da Missão Militar Francesa no Brasil para o Serviço de Saúde do Exército, mas também contribui para uma compreensão mais ampla das interseções entre práticas militares e civis na evolução da saúde pública no Brasil. Ao explorar este episódio histórico, o estudo busca preencher uma lacuna importante na historiografia da medicina militar brasileira e oferece novas perspectivas sobre o impacto das influências estrangeiras nas políticas e práticas de saúde no país.

Palavras-chave: Missão Militar Francesa. Serviço de Saúde. Escola de Aplicação.

Abstract: This article aims to discuss the legacy of the French Military Mission in Brazil (MMFB) for the Health Service, particularly in the Application School for the Health Service (EASS). To this end, I investigated the background of the reorganization of this framework from 1890, as well as the impacts of the legislation in the following decades, seeking to relate them to the actions of the health fraction sent by the French. I also address the Special Medical Mission sent to France in 1918 and the impetus promoted by the MMFB in the Veterinary field. The topic is contextualized based on the researched documents, primarily primary sources. This article not only sheds light on the specific legacy of the French Military Mission in Brazil for the Army Health Service but also contributes to a broader understanding of the intersections between military and civilian practices in the evolution of public health in Brazil. By exploring this historical episode, the study seeks to fill an important gap in the historiography of Brazilian military medicine and offers new perspectives on the impact of foreign influences on health policies and practices in the country.

Keywords: French Military Mission. Health Service. School of Application.

¹ Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (COC-FIOCRUZ), Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/ Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Coronel R1 Dentista do Exército Brasileiro. E-mail: charlesklajman@gmail.com - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2934232581745571>.

Introdução

Antecedentes

Estabelecemos como ponto de partida para buscar os antecedentes da MMFB e relacioná-los a essa missão, o início do período republicano, porque nessa ocasião,

[...] o Exército passa a ocupar uma outra função como Instituição em relação ao seu papel no Império. E o pessoal de saúde fazia parte desse processo, de caráter verdadeiramente nacional, no período compreendido entre 1889 e 1937, “preenchendo o vácuo deixado pelo colapso da monarquia” (KLAJMAN, 2017). Presente em todo o território nacional e com o pensamento de seu corpo de oficiais notadamente de viés nacionalista, sendo exceção entre as “várias elites brasileiras” (McCANN, 2009, p.10-11)².

Em relação à saúde, considerava-se que a organização existente não satisfazia as exigências da reestruturação pela qual o Exército como um todo passava desde que fora adotado o regime republicano. Os hospitais e enfermarias eram criticados e considerados deficientes. Chegava-se à conclusão que o Serviço de Saúde deveria dispor de pessoal próprio e “melhoramentos inadiáveis” (FROTA, 1891, p.18-37).

No final do século XIX, a guerra moderna levava os oficiais combatentes a procurar técnicas e armamentos no exterior, principalmente na Europa. A profissionalização dos quadros era uma preocupação que abrangia também o Serviço de Saúde. Havia uma revolução bacteriológica que impactava a Europa e o seu estudo influenciava os médicos aqui no Brasil. A medicina francesa tinha forte influência na formação dos profissionais, presente de forma consistente em muitos livros didáticos, muitas vezes não traduzidos, assim como em artigos de periódicos médicos, civis ou militares. Nesse sentido o Exército enviou médicos a Europa para que pudessem trazer para o Brasil as novidades científicas no campo da saúde, não só em relação aos avanços

² McCANN (2009) ressalta que apesar da Igreja, certamente ter sido “o cimento da cultura nacional” como salientado por Gilberto Freyre, nem ela “nem os partidos políticos mantinham a unidade do território brasileiro; quem fazia isso o Exército”.

na bacteriologia, como também no que se referisse ao Serviço de Saúde em Campanha ou na compra de material hospitalar. O então Major médico Ismael da Rocha é enviado a Europa para acompanhar os trabalhos de Robert Koch e os avanços na doutrina para o emprego do pessoal de saúde militar, particularmente na Alemanha. Conforme mencionado no "Boletim da Semana" do periódico *O Brazil Médico* (1891, p.387-388), essa viagem seria importante na estruturação do Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia, que seria inaugurado em 1896.

A ineficácia do serviço de enfermagem continuava sendo uma das maiores preocupações no período (CANTUÁRIA, 1898, p.33). Não havia sido criado um Corpo de Enfermeiros e com frequência, as praças oriundas dos corpos de tropa, onde ganhavam experiência, eram transferidas aos hospitais que acabavam mais bem servidos do que as enfermarias de onde eram egressos. Essa deficiência teve repercussões significativas na Campanha de Canudos, com críticas em todos os níveis, desde a organização até a falta de médicos, farmacêuticos e enfermeiros qualificados – funções essas frequentemente ocupadas por praças sem a devida habilitação. A inadequação das ambulâncias para o transporte de feridos foi ressaltada como ponto crucial a ser corrigido.

Um episódio pouco abordado na historiografia foi a repercussão do levante das escolas militares em novembro de 1904 no Hospital Central do Exército (HCE), cujos efeitos se estenderam a áreas aparentemente desconexas dos eventos.

No embate entre a Escola Militar do Brazil³ (que marchava em direção ao Palácio do Catete com o propósito de depor Rodrigues Alves) e as tropas legalistas, o líder militar dos revoltosos, o General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos foi ferido por arma de fogo e teve que ser transportado para o HCE. As críticas da imprensa ao transporte e tratamento do General foram tantas que repercutiram em resoluções como a sugestão de transporte de enfermos para aquele hospital em bondes apropriados para evitar o uso dos carros-ambulância que trepidavam demais.

³ A grafia "Brazil" com "z" e outras particularidades de escrita presentes neste artigo seguem a ortografia original das fontes históricas utilizadas, respeitando a fidelidade documental da época.

Na busca de modernização, o Tenente-Coronel Ismael da Rocha foi novamente enviado à Europa, onde, em três meses, percorreu hospitais em diversas capitais europeias, “verificando os progressos introduzidos em cada um deles e adquirindo o material necessário para aprimorar o nosso serviço de cirurgia hospitalar”, além de novos equipamentos de eletroterapia, eletrodiagnóstico e hidroterapia (ARGOLLO, 1906, p.9).

Problematização

A Missão Militar Francesa no Brasil (MMFB) foi contratada com o objetivo de modernizar a instrução militar e fomentar a evolução das escolas militares brasileiras. No entanto, a implementação e os impactos dessa missão no Serviço de Saúde do Exército Brasileiro, especialmente na Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde (EASS), não foram imediatos, nem abrangentes. Este estudo busca entender as razões por trás dessa implementação parcial e os desafios enfrentados na adoção das práticas francesas.

Justificativa e Objetivos

A historiografia da medicina militar no Brasil tem se concentrado predominantemente nos aspectos organizacionais e nas figuras proeminentes que marcaram o desenvolvimento do serviço de saúde nas Forças Armadas. No entanto, a influência de missões estrangeiras, especialmente no início do século XX, permanece um campo relativamente inexplorado. Este estudo busca preencher essa lacuna, destacando o papel da Missão Militar Francesa na reformulação do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e na introdução de práticas e conhecimentos médicos modernos. Ao fazer isso, o artigo contribui para uma compreensão mais matizada das dinâmicas de transferência de conhecimento e da interação entre a medicina militar e a saúde pública no Brasil, um aspecto que tem recebido atenção limitada na literatura existente.

Os objetivos específicos deste estudo são:

- a. Analisar o legado da Missão Militar Francesa (MMFB) para o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro, identificando e avaliando as contribuições diretas e indiretas da MMFB na modernização e aprimoramento das práticas de saúde militar no Brasil.
- b. Investigar os antecedentes da reorganização do Serviço de Saúde a partir de 1890, compreendendo o contexto histórico e as motivações que levaram à necessidade de reorganização do Serviço de Saúde do Exército, incluindo as influências internas e externas.
- c. Avaliar os impactos das legislações das décadas seguintes, examinando como as mudanças legislativas ao longo das décadas subsequentes afetaram a estrutura e a funcionalidade do Serviço de Saúde do Exército.
- d. Relacionar a atuação da fração de saúde enviada pelos franceses com a evolução da Escola de Aplicação de Saúde do Exército (EASS), explorando como a colaboração com os franceses influenciou o desenvolvimento e a evolução da EASS, uma instituição crucial para a formação de profissionais de saúde militar.
- e. Explorar a Missão Médica Especial expedida à França em 1918 e o impulso promovido pela MMFB na Veterinária, investigando como essa missão específica contribuiu para o avanço das práticas veterinárias dentro do contexto militar brasileiro, impulsionadas pela MMFB.

Referencial teórico

O referencial teórico deste estudo baseia-se na análise das influências estrangeiras nas práticas militares e de saúde pública, com ênfase na transferência de

conhecimento e na interação cultural entre Brasil e França. Para compreender as motivações e os impactos das missões médicas e militares, utiliza-se a teoria de Pierre Bourdieu sobre capital cultural e social, conforme exposta em sua obra *O Poder Simbólico* (1989). A teoria de Bourdieu é fundamental para entender como o capital cultural e social influencia a adoção e adaptação de práticas estrangeiras no contexto brasileiro. Além disso, a literatura sobre a história da medicina militar brasileira e as reformas educacionais no campo da saúde serve como base para a análise, proporcionando um panorama histórico e contextual das transformações ocorridas. Este referencial teórico permite uma análise aprofundada das dinâmicas de poder e das trocas culturais que moldaram as práticas de saúde pública e militar no Brasil.

Metodologia

Este estudo emprega uma abordagem histórica e documental, utilizando prioritariamente fontes primárias, como relatórios, decretos, artigos de periódicos médicos e militares, e documentos oficiais do Arquivo Histórico do Exército (AHEx). A análise qualitativa dessas fontes permite uma compreensão detalhada dos contextos e impactos das ações da MMFB no Brasil. A pesquisa também inclui uma revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos relevantes para contextualizar e interpretar os dados históricos.

Desenvolvimento

Os veterinários e a Escola de Veterinária do Exército

Segundo KLAJMAN (2011, p.53), menos conhecida que a MMFB de que estamos tratando, mas de muita importância e pouco ressaltada, foi a vinda de franceses a partir de 1908, numa missão militar oficial para auxiliar na implantação da Escola de Veterinária do Exército e no combate a uma doença equina, que podia também atingir humanos, o mormo. Por determinação do Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, Ismael da Rocha foi incumbido de ir a Europa e

[...] estudar assuntos referentes aos casos repetidos de mormo nas cavalariações do Exército, da Brigada Policial, nas cocheiras particulares, da limpeza pública municipal e das companhias de bondes. João Muniz Barreto de Aragão e Petrarcha de Mesquita, médicos do Laboratório Militar de Bacteriologia que estudavam o mormo, chegaram a conclusão, após inoculação de maleína obtida no então Instituto de Manguinhos em nove cavalos aparentemente saudáveis, que os mesmos eram portadores do mormo. A solução seria o sacrifício de todos os cavalos e grandes reformas nas baias, o que se julgou inexequível na ocasião (KLAJMAN, 2011, p.53)

Ao chegar na “Meca” da Bacteriologia mundial, o Instituto *Pasteur* em Paris, e através de Pierre Paul Émile Roux, diretor daquele estabelecimento, e seu auxiliar o Dr. Marchoux, Ismael solicitou auxílio para o estabelecimento de escolas veterinárias. E de fato, em maio de 1908, compondo a Primeira Missão Veterinária Militar francesa que se estenderia até 1911, chegaram ao Brasil os médicos franceses Tenente-Coronel Dupuy e Capitão Ferret que trataram de estabelecer procedimentos para o tratamento do mormo (ROCHA, 1910, p.554-569).

A Escola de Veterinária foi criada através do decreto nº 2.232, de 6 de janeiro de 1910, que reorganizava o Serviço de Saúde do Exército. Apesar da Escola não ter sido de pronto instalada, a veterinária foi privilegiada com a contratação em março de 1913, de uma segunda missão militar veterinária francesa, por solicitação do já promovido a General Ismael da Rocha, então no cargo de Inspetor Geral dos Serviços Sanitários do Exército. Essa missão tinha por objetivo complementar o trabalho realizado pela primeira (KLAJMAN, 2011, p.81).

Nessa segunda etapa, os franceses continuariam o trabalho de “expurgo do mormo” (VANTILLARD, 1914) em diversos aquartelamentos além de concorrerem para a inauguração do Curso de Veterinária do Exército a 17 de julho de 1914 num pavilhão do quartel do 3º Grupo Provisório de Obuzeiros, no bairro de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. Liderada pelos veterinários militares, Major André Vantillard e o Capitão Henri Marliangeas, o curso foi instalado num gabinete dividido em seis dependências: uma sala de aula, um laboratório, uma sala para os profissionais encarregados do curso, outra sala para estufa e materiais de desinfecção, uma enfermaria com dezesseis boxes e uma sala de curativos (KLAJMAN, 2011, p.81).

Sob o título “Inauguração do Curso de Veterinária”, o periódico *Medicina Militar*, (julho de 1914, p. 26-27) creditava ao Major Vantillard a responsabilidade pelo estudo da “embriologia, histologia normal e patologia” e ao Capitão Marliangeas o “exterior do cavalo, aprumos, idade, pelos, etc.”. Além de ministrar essas disciplinas, os veterinários da segunda Missão Militar Francesa realizariam conferências clínicas, investigações científicas, tratamento e a profilaxia das entidades mórbidas comuns aos animais de tropa e das transmissíveis a outros animais e ao homem (*BOLETIM DO EXÉRCITO*, 1913).

Apesar de ter conseguido formar sua primeira turma em dezembro de 1917, a Guerra interrompeu o esforço francês, pois, retornaram a seu país, e o Curso de Veterinária do Exército teve que aguardar alguns anos para que sua Escola fosse fundada em sede própria.

Finalmente, em 23 de junho de 1920, com nova contratação de veterinários junto à MMFB, a Escola de Veterinária do Exército foi efetivamente criada pelo decreto nº 14.229, que recebeu acréscimos com o regulamento do Serviço de Veterinária do Exército em Tempo de Paz, aprovado pelo decreto nº 15.229 de 31/12/1921 (*BRASIL*, 1921). Sua proposição era ser uma instituição de ensino destinada ao preparo de veterinários militares e civis (*MEDICINA MILITAR*, 1921, p.45). Provavelmente a iniciativa de criar essa Escola foi a falta de um Corpo de Veterinários Militares que propiciasse à Arma de Cavalaria um melhor desenvolvimento (*MEDICINA MILITAR*, 1921, p.7), principalmente diante da ameaça que o mormo representava para a cavalaria e, “[...]diferentemente do decreto de 1910, a Escola de Veterinária do Exército foi efetivamente criada em sede própria, na Rua Bartolomeu Gusmão em São Cristóvão[...]” (KLAJMAN, 2011, p.82.).

O Tenente-Coronel João Muniz Barreto de Aragão foi nomeado Diretor e o Major Henri Marliangeas, Diretor-Técnico. Esse veterinário francês havia estado na segunda missão militar francesa, e compunha juntamente com o Major Paul Dienloard, a terceira missão militar francesa (1920-1933).

O Curso foi dividido em dez cadeiras distribuídas ao longo de três anos (*MEDICINA MILITAR*, 1921, p.44-45), e, por influência dos veterinários da MMFB, o regulamento de 1920, da Escola de Veterinária do Exército remetia a organização da Escola de Veterinária de Alfort, na França, uma das mais antigas do mundo. A missão da Escola nesse regulamento, pouco havia se modificado em relação ao decreto de 1910, e consistia em "preparar veterinários, militares ou não, com os conhecimentos indispensáveis ao tratamento e conservação dos animais de tropa, em particular, e ao tratamento e conservação dos animais em geral" (*BRASIL*, 1920).

Decretos, Legislações, Reorganização

A administração de Hermes da Fonseca à frente do Ministério da Guerra, e sua busca pela proficiência militar, impactou o Serviço de Saúde, pois, a partir da Lei de reorganização do Exército de 4 de janeiro de 1908 (*SILVA*, 1958, p.58-60), o Serviço de Saúde da Força Terrestre estava estruturado seguindo os moldes alemães, com exceção dos veterinários, que no Brasil pertenciam ao Corpo de Saúde e na Alemanha, à Seção de Cavalaria (*MESQUITA*, 1910, p.18). Essa lei levaria à perda de poder político do Serviço de Saúde. No entanto, ela também resultaria na criação dos quadros de dentistas e veterinários, que seriam incorporados ao Corpo de Saúde.

Pouco depois, o Decreto 2.232 de 6 de janeiro de 1910, assinado pelo Ministro da Guerra José Bernardino Bormann e sancionado por Nilo Peçanha retornou direitos anteriormente subtraídos ao Corpo de Saúde. Frutos dessa legislação, foram autorizados a criação da Escola de Veterinária e da Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde. O prestígio havia sido recuperado em parte, com o retorno do posto de general como ápice da carreira do médico, entretanto, as funções de General de Brigada que em 1890 eram de maior monta, incluindo a Inspeção Geral e a Direção do Serviço de Saúde, foram, por essa lei, transformadas em um serviço de fiscalização técnica e presidência do Conselho Superior de Saúde, enquanto a efetiva Chefia do Serviço Sanitário era agora subordinada a 6ª Divisão. Foi enfatizado ainda que as diversas especialidades seriam orientadas e direcionados os esforços para algumas

prioridades, entre elas a neuropatologia, a patologia e clínicas médicas das enfermidades comuns aos exércitos, priorizando os achados no Exército Brasileiro, o estado fisiológico e a educação física do soldado. Um amplo destaque continuava sendo a preocupação com a higiene militar, nos seus mais diversos espectros. Essa prioridade sintetizava o que se esperava da atuação do novo médico militar, aquele que seria formado pela recém-instituída, mas ainda não inaugurada Escola de Aplicação Médico-Militar.

A Missão Médica Especial

A Guerra Mundial não propiciou que fosse efetivamente instalada a Escola de Saúde, mas, de alguma forma estreitou os laços com os franceses com o envio de médicos para a Europa. A chamada “Missão Médica Especial” montou um hospital brasileiro em Paris e cedeu pessoal de saúde para outros nosocômios em toda a França.

Utilizando a chave de Bourdieu (1989), BRUM (2015) considerou que a guerra seria uma oportunidade para os médicos. Os que participassem dessa força expedicionária militar agregariam vários capitais. Em primeiro lugar, ganhavam aqueles médicos capital político na negociação com o Estado, o que poderia ajudar em uma futura promoção hierárquica ao almejavam novos postos. A experiência de “estágio no estrangeiro” poderia conceder capital intelectual, devido ao incremento em termos de capacidade profissional que esta experiência acarretaria. Além disso, o “espontâneo e desapegado” voluntarismo, também gerava um novo capital simbólico, que parecia cercar os médicos-militares de uma aura de humanitarismo e coragem que poderia os destacar frente à sociedade em geral, incluindo aí potenciais pacientes (BRUM, 2015).

Foram mais voluntários do que vagas, o que gerou algum descontentamento entre os médicos não selecionados. A imprensa a tudo retratava. O envio de uma Missão Médica à Europa era um instrumento de afirmação nacional.

A maior parte dos médicos relacionados para a missão eram civis comissionados em postos militares. Isso gerou algum descontentamento, pois, havia preocupação com perda de prestígio e autoridade. Campos e Moraes (1923, p.75), retrataram esse quadro

anos mais tarde em “Algumas Considerações Sobre o Serviço Medico do Exercito”. Fundamentados na experiência da guerra, temiam eles que na falta de um Corpo de Saúde bem-preparado, com médicos em número e especialidades suficientes para uma situação de combate real, a convocação de médicos civis, pudesse ferir suscetibilidades. Os médicos militares ficariam desprestigiados quando seus colegas civis, sem nenhum preparo militar, mas com melhor preparo técnico, ao serem convocados para uma guerra, alcançassem instantaneamente postos elevados na carreira, e questionavam: que estímulo um major, médico militar com mais de vinte anos de carreira, poderia ter ao se ver equiparado a um colega de profissão, mas até ontem civil, alçado ao seu posto, ou mesmo superior. Parecia que na guerra, os médicos de notório saber, ou extremamente especializados poderiam gerar este conflito, por ocasião de suas convocações.

De início a cobertura da imprensa foi de uma forma geral favorável, apesar de questionamentos quanto ao custo. No embarque no Rio de Janeiro, mais de 4 mil pessoas foram saudar os que embarcavam no Pacote La Plata, que durante a viagem foi assolado pela Gripe Espanhola, tendo feito algumas vítimas.

Chegando à Paris, o hospital brasileiro é instalado na *Rue de Vaugirard*. Os médicos brasileiros atuaram nessa instalação e em outras guarnições militares por solicitação francesa e em apoio ao tratamento da epidemia de gripe (GOUVÊA, 1918).

O armistício assinado a 11 de novembro de 1918 e o fim do governo Wenceslau Braz, impactaram a missão. “Em 1918, milhões sem imunidade morreram. Os esforços do pessoal de saúde pareciam em vão. A quantidade de doentes era desproporcional aos recursos para atendê-los” (KLAJMAN, 2015). Apesar desse quadro, houve a determinação de desmobilização em janeiro de 1919 sem o entendimento de que o fim da guerra traria muitos feridos das frentes de batalha, além da devastação promovida pela gripe. Entretanto, nem todos retornaram de imediato e segundo SILVA (2014), o Hospital ainda teria funcionado até novembro de 1919, isso supostamente comprovado pelo relato do Sargento Rene Cails, que, teria estado internado no hospital brasileiro até novembro de 1919.

A Missão Militar Francesa no Brasil e a Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde do Exército

A Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde (EASS) foi criada através do Decreto 2.232, de 6 de janeiro de 1910; entretanto, a regulamentação não saiu do papel. Em agosto de 1913, foram nomeados professores que chegaram a tomar posse em seus cargos, mas “não entraram em função, pois, no momento não foram instalados aqueles cursos” (SILVA, 1958, p. 62.).

Apesar de não instalada fisicamente, de certa forma as práticas do que seria um ensino médico já existiam desde a inauguração do Hospital Central em 1902. Eram realizadas conferências rotineiras com apresentação de casos clínicos por médicos, farmacêuticos e dentistas e o propósito era de que esse hospital servisse como Escola. O vice-diretor do HCE, em artigo publicado em um periódico, via essa possibilidade como um sopro de vida para o hospital, o que renunciaria “uma nova era” (AUTRAN, 1910, p. 81-82). O que deveria ser o hospital militar, senão sede de aprendizagem nos tempos de paz, para as “vicissitudes da guerra” perguntava e respondia Autran no artigo. Revelando mais uma conexão francesa, ele traçava a origem dessa ideia, nos hospitais de instrução franceses (KLAJMAN, 2017, p.78).

A MMFB foi contratada em 1919 e, inicialmente, em relação ao pessoal de saúde, apenas a área veterinária foi contemplada com dois oficiais oriundos da Escola de Veterinária de Alfort, o Veterinário de 1ª Classe assimilado a Major Henri Marliengeas e o Veterinário de 2ª Classe assimilado a Capitão, Paul Dieulouard (MALAN, 1988, p.243-244). Dois médicos militares, o Tenente-Coronel Louis Marlan e o Major Dr. M. Bouissou, seriam contratados através do primeiro anexo ao contrato, datado de 9 de dezembro de 1920 (MALAN, 1988, p.113),⁴ o que relaciono diretamente à instalação dos cursos da EASS em março de 1921 (O MALHO, 1921). Em 1926, o Comandante da Escola solicitou ao Diretor de Saúde da Guerra, que o engenheiro químico principal da

⁴ O químico-farmacêutico francês P. Lehalleur foi o responsável direto pelo ensino de Farmácia na Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde.

MMFB, Pépin Lehalleur, lecionasse química aos farmacêuticos matriculados no Curso de Aperfeiçoamento como havia feito no ano anterior (FERREIRA, 1926).

Pouco mais de um ano após a chegada da MMFB, no dia 8 de maio de 1922, foi inaugurado o Curso de Aperfeiçoamento dessa Escola. O programa foi ministrado pelos oficiais médicos franceses e contou com a matrícula de quarenta alunos, sendo trinta médicos e dez farmacêuticos (MEDICINA MILITAR, 1922, p. 87). A cerimônia de abertura contou com a presença de representantes da MMFB, incluindo o chefe, General Gamelin, além do Ministro da Guerra e diversas autoridades da saúde. Durante o evento, foram proferidos discursos de exaltação e otimismo:

É, pois com justificado motivo, e verdadeiro jubilo, que erguemos louvores incondicionaes aos grandes e patrioticos obreiros deste notavel e auspicioso empreendimento que tanto promete para a gloria do nosso Corpo de Saude, para maior beneficio do Exercito e renome do nosso caro Brasil (PRADO, 1922, p.328-329).

Em relação a grade curricular, o curso estava estruturado de forma a fornecer uma formação prática em relação ao que se esperava de um médico ou farmacêutico militar, com ênfase na experiência da Guerra de 1914. A duração foi de 4 meses e foram ministrados os seguintes cursos e conferências: a) Curso do Serviço de Saúde em Campanha; b) Curso do Serviço de Saúde em tempo de paz; c) Série de conferências técnicas (REVISTA DA SEMANA, 1922).

As aulas estiveram a cargo dos médicos da Missão Militar Francesa, Tenente Coronel Dr. Louis Marland, Major Dr. M. Bouissou e do engenheiro químico Pepin Lehalleur. Os dois médicos eram expoentes da medicina militar francesa, especialmente o segundo, Dr. Bouissou, que havia publicado um belo trabalho sobre o papel do médico militar de um exército em campanha (PRADO, 1922, p.330-331, LOBO, 1958, p.69).

Na cerimônia de encerramento do primeiro curso de aperfeiçoamento, o Cel Bueno do Prado, discursou em agradecimento, num estilo comum à época:

[...] à Missão franceza todo o seu reconhecimento pelo solícito interesse que tem dispensado ao nosso Serviço de Saude, e sobretudo aos ilustrados profissionais Drs. Marland e Bouissou a alta cordialidade e o modo gentil e afavel com que nos ministraram, neste curso, os preciosos ensinamentos, fructos de sua incontestável proficiencia, de sua longa e áspera experiencia que adquiriram, não já com a bravura de rudes combatentes, mas com o estoicismo de verdadeiros missionários, nessa pugna de titans, em que a França gloriosa maravilhou o mundo e salvou a civilização!(PRADO, 1922, p.330-341).

A Escola atraía matérias e interesse da imprensa ao longo dos anos. Sua instalação, aulas inaugurais e formaturas eram objeto de pautas em diversos periódicos. Funcionou no período da MMFB no prédio anexo aos Pavilhões do HCE, nos Edifícios da Prophylaxia do Exército (A RUA, 1923).

Louis Marland, como médico francês mais antigo, recebeu o título de Diretor de Ensino da EASS e foi incumbido de todas as facetas do ensino médico-militar e doutrina do Serviço de Saúde em Campanha nos anos em que esteve no Brasil. Foi o responsável pela programação dos cursos, ministrava aulas e por ocasião de manobras militares, assumia a direção do Serviço de Saúde. O periódico *Última Hora*, que criticava o Exército por exercícios que iriam se realizar nos campos de Saycan, uma região em que supostamente ocorria epidemia de tifo, destacava o Tenente-Coronel Marland que dirigiria esse serviço e que a ele estaria subordinada a comissão de higiene (A NOITE, 1922). O francês teve projeção também no meio civil, realizando palestras técnicas, normalmente relacionadas à sua experiência na guerra. Esses eventos eram anunciados em periódicos (A NOITE, 1922) e o texto científico publicado em revistas médicas, normalmente em francês (MARLAND, 1922).

Entre os documentos pesquisados no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), estão disponíveis alguns relatórios da missão médica, mais voltados especificamente para atuação na EASS. São de uma forma geral extremamente críticos. De certa forma, reproduzem pautas que vinham desde a reorganização proposta em 1890. São documentos em francês, datilografados e assinados por Marland (MARLAND, 1924). São discutidos o pequeno efetivo para a saúde e preparo deficiente dos oficiais. Havia demanda pelo aumento de vagas nos quadros e preocupação pelo não preenchimento

das posições disponíveis para médicos. Os franceses afirmavam nos relatórios que isso não era particular ao Brasil, mas que ocorria de forma análoga a outros países especialmente pela situação nada invejável dos médicos militares em comparação com a situação pecuniária que poderiam encontrar na vida civil. A inépcia do médico que ia para os corpos de tropa sem conhecimento médico-militar, com ênfase para os que eram classificados em localidades remotas foi muito enfatizada. A melhoria das condições materiais para os Oficiais do Corpo de Saúde era relatada, bem como críticas às promoções. Consideravam que havia um percentual reduzido nos postos mais altos, relatando que muitos não passavam do posto de capitão em relação a outros países com o maior quantitativo no posto de major e ao final da carreira, sendo esse um dos óbices para a entrada de pessoal. Reclamavam igualdade hierárquica com as outras armas e pelo fato da seleção só se dar no Rio de Janeiro o que levava a praticamente só se apresentarem, candidatos da Capital Federal. A ampla falta de material sanitário e a deficiência na organização da tropa sanitária em tempos de paz eram frequentemente apontadas. Ressaltava-se que já existia uma regulamentação do Serviço de Saúde, prevendo uma “formação sanitária divisionária”. No entanto, na prática, a improvisação reinava, exemplificada pelo depósito de material sanitário que possuía estoque apenas para períodos não bélicos. De uma forma geral faltava tudo: barracas viaturas, macas. A duração dos cursos de Aperfeiçoamento também foi criticada. Até 1927, não havia a realização do curso de aplicação, que deveria moldar o recém-formado, resultando em uma falta de treinamento adequado.

Em 1927, seis anos após a chegada dos médicos da MMFB, ocorreu o primeiro Curso de aplicação para médicos e farmacêuticos civis diplomados por escolas de medicina e farmácia oficiais ou reconhecidas. A admissão se daria através de prova escrita e prática oral. O programa para o primeiro ano de funcionamento da Escola incluía patologia militar, recursos disponíveis para os médicos, organização e funcionamento dos hospitais militares e enfermarias regimentais, aptidão física para o serviço do exército, além de uma preocupação com as perícias, abordando as consequências resultantes de moléstias e acidentes. Além disso, os relatórios

ressaltavam que não se tratava de formar médicos em medicina, e nem especializar, pois, para isso, existiria o curso de aperfeiçoamento. Tanto para os farmacêuticos, como para os médicos, as aulas seriam realizadas no HCE. Previa-se um curso de 9 meses. Algumas conferências deveriam ter como tema a cirurgia de guerra, a higiene militar, a educação física, doenças e epidemias dos exércitos. A Escola deveria se esforçar para prover a criação de um museu médico-militar equipado de coleções anátomo patológicas de guerra que seriam de grande proveito para instruções futuras. Ainda haveria práticas militares, como trabalho no mapa, exercício no terreno, visitas a estabelecimentos militares e sanitários, campos de manobra e tiros, visitas a estabelecimentos industriais e civis (*BOLETIM DO EXÉRCITO*, 1927).

Com a inauguração do Curso de Aplicação, as críticas passaram a ser de menor monta. Reiterava-se a necessidade de substituição do químico Lehalleur que havia retornado à França, para a realização de conferências e trabalhos práticos junto aos farmacêuticos (*MARLAND*, 1927). Eventualmente algumas queixas chamavam mais atenção, como a insatisfação com a realização de um curso de psicologia ministrado por um professor polonês, M. Radecki e que teria sido imposto “pelo ministro”. Essa crítica é relevante, pois, no prosseguimento do relatório, o Diretor de Ensino da EASS ressaltava, ao criticar o curso em questão, o que considerava importante e as prioridades que o ensino médico-militar deveria possuir. Ele destacava a inutilidade do curso para médicos e farmacêuticos que já possuíam formação superior. Em relação ao caráter “de pura teoria de abstração”, em oposição flagrante aos métodos do curso pelos franceses ministrado, “essencialmente prático e militar”. Terminava enfatizando a inutilidade e a perda de trinta sessões que poderiam ser ocupadas com outros aspectos fundamentais ao ensino (*EASS*, 1928).

Com as Instruções para Organização do Quadro permanente de Enfermeiros do Exército (*BOLETIM DO EXÉRCITO*, 1930), cuja entrada se daria mediante concurso realizado nos corpos de tropa no posto de 3º Sargento enfermeiro, a EASS iria passar a formar também esses profissionais.

Ao ser promovido a Oficial-General, Marland retornou à França, não sem antes voltar a criticar o ensino da Psicologia e a falta de substituto para Lehalleur (MARLAND, 1930). Como Diretor de Ensino, assumiu o Tenente-Coronel médico Legler, que desde o início manteve o tom crítico. Exemplificando, a 3 de outubro de 1930, iniciou-se a Revolução de 1930 e no dia 8 do mesmo mês ele registra sua insatisfação com o encerramento prematuro dos cursos pelo aproveitamento dos alunos em “comissões militares”, e, principalmente, por ter sido avisado somente de forma verbal desse fato (LEGLER, 1930). Em 1931, ele voltaria a criticar, desta feita os laboratórios da Escola, ao solicitar que se permitisse a utilização das instalações do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, pois, “[...]os laboratórios da Escola, não possuem nem local nem material necessário aos trabalhos práticos e permitem no máximo apenas a execução de algumas manipulações simples de química farmacêutica” (LEGLER, 1931).

Em 1931 ocorreria a mudança de nome de Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército para Escola de Saúde do Exército. Não encontrei influência da MMFB para essa modificação e ao final de 1933 se encerrava a participação dos médicos franceses na Escola de Saúde com o retorno de Legler à França.

Apresentação de dados

Os dados apresentados neste estudo incluem:

- a. Relatórios oficiais da MMFB e da Missão Médica Especial.
- b. Decretos e legislações que impactaram o Serviço de Saúde do Exército.
- c. Artigos de periódicos médicos e militares da época.
- d. Documentos do AHEx relacionados às atividades da MMFB e da Escola de Aplicação para o Serviço de Saúde.

Análise e discussão

A análise dos dados revela que, embora a Missão Médica Francesa no Brasil (MMFB) tenha trazido um vasto conhecimento em medicina e saúde pública, a

implementação prática dessas inovações foi limitada. A criação de currículos e a introdução de cursos de aperfeiçoamento e aplicação foram passos importantes, mas as críticas à estruturação das carreiras de saúde e à falta de materiais indicam que muitos desafios permaneceram. A influência da MMFB na profissionalização e especialização médica teve alguma relevância, mas os avanços foram mais resultado de esforços individuais do que de uma adoção sistemática das práticas francesas.

Conclusão

Contratada em 1919, a MMFB visava promover a modernização da instrução e fomentar a evolução de diversas escolas militares. No entanto, não privilegiou de imediato a EASS nem o Serviço de Saúde de uma forma geral. Houve, desde o princípio, uma busca pela introdução do ensino formal na veterinária, a partir da inauguração da Escola de Veterinária sob o auspício dos franceses, mas os outros integrantes do Serviço de Saúde, à época, médicos, farmacêuticos e dentistas, incorporavam ao Exército já com suas formações realizadas. Nesse sentido, a busca que se dava era pela formação médica-militar, aí incluídos os farmacêuticos, já que os dentistas no período não eram formados pela EASS. O impacto da chegada dos franceses na Escola foi significativo, conseguindo colocar em prática um projeto que estava apenas regulamentado desde 1910. Ou seja, chegaram em 1921 e no ano seguinte o Curso de Aperfeiçoamento já funcionava. Mais alguns anos e conseguiram colocar em prática o que tanto almejaram, o Curso de Aplicação, onde finalmente moldariam o médico jovem, recém-formado, numa condição médico-militar que o deixaria em melhores condições para enfrentar os desafios da carreira.

Concordo com CARDOSO (2013), quando relaciona a MMFB com o Serviço de Saúde do Exército, enfatizando que esta teria na Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército, o seu principal campo de ação e que, “além disso, a criação de um Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército em Tempo de Paz em 1922, caracterizou a preocupação com a unidade da doutrina francesa e, da mesma forma, da organização” desse Serviço (CARDOSO, 2013, pp. 239-240).

Os membros da MMFB obtiveram sucesso na criação dos currículos, entretanto, as inúmeras críticas que fizeram, tanto a estruturação das carreiras de saúde e principalmente materiais, surtiram pouco efeito. É verdade que em 1930 foi autorizada a organização do quadro permanente de Enfermeiros, mas, não consegui associar essa conquista que vinha de uma demanda do século XIX, com a interferência francesa. A atuação junto às manobras militares e o ensino voltado à prática também foram observados. A leitura do Relatório de Dutra, de maio de 1937 relativo ao ano de 1936, três anos após o fim da missão médica, confirma nossas conclusões ao evidenciar que haveria um longo caminho a percorrer, pois, quase todas as instalações de saúde do Exército foram fortemente criticadas, com exceção do Instituto Militar de Biologia, do Departamento Médico de Aviação e alguns hospitais regionais ou enfermarias pelo país, não especificados. O Ministro chegou a sugerir a transformação do Hospital Central do Exército em Quartel de Infantaria e a permuta do Quartel destruído da Praia Vermelha⁵ por um Hospital da Prefeitura já pronto. No que concerne ao que teria sido o foco da MMFB, critério no recrutamento dos médicos, evolução constante dos quadros de Saúde e principalmente dos cursos da Escola de Saúde, a avaliação foi positiva (DUTRA, 1946).

A Missão Militar Francesa (MMF) trouxe consigo um vasto conhecimento em medicina e saúde pública que, se plenamente explorado, poderia ter melhorado significativamente o serviço de saúde do exército e a saúde pública brasileira. No entanto, os achados sugerem que a influência prática da MMF foi limitada, e muitas oportunidades potenciais não foram aproveitadas.

A ênfase na profissionalização e especialização médica promovida pela MMFB ofereceu uma oportunidade significativa para reformas educacionais nas instituições de ensino médico e veterinário no Brasil, inspirando-se em padrões europeus. No entanto, os progressos observados parecem ter sido impulsionados mais por iniciativas individuais do que por uma integração sistemática das práticas francesas. Isso sugere que, apesar das contribuições valiosas da MMFB, a plena implementação de suas

⁵ Destruído no episódio que ficou conhecido como “Intentona Comunista” de 1935.

inovações enfrentou obstáculos estruturais e materiais que limitaram seu impacto abrangente.

Embora a influência direta da Missão Militar Francesa no desenvolvimento da saúde pública e da medicina veterinária no Brasil não seja amplamente documentada, as oportunidades perdidas e as influências indiretas, especialmente por meio de iniciativas individuais, destacam um aspecto importante da interação cultural e científica entre Brasil e França. Essas interações, embora não sistematizadas, podem ter semeado ideias e práticas que enriqueceram, a longo prazo, o campo da saúde no Brasil. Portanto, mesmo que nem todas as oportunidades tenham sido plenamente aproveitadas, elas deixaram um legado que de alguma forma contribuiu para a melhoria de aspectos doutrinários no desenvolvimento da saúde militar no país, além de exercer influência em outras áreas da saúde, especialmente no ensino da Veterinária.

Referências

A NOITE, 20 de fevereiro de 1922, ed. 03688. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

ARGOLLO, Francisco de Paula. Relatório de 1905 apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 1906. Ministério da Guerra, Imprensa Nacional,1906. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministeri al/guerra>. Acesso em: 05 de agosto de 2018, p.9.

AUTRAN, Carlos. Hospital Central do Exército. Medicina Militar, Ano I nº 2, julho 1910, p. 81-86. Disponível na Biblioteca de Ciências Biomédicas de Manguinhos – Fiocruz.

BOLETIM DO EXÉRCITO 599 de 25 de maio de 1930. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

_____. 373, de 5 de abril de 1927. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

_____. 304, de 10 de outubro de 1913. Art.3º.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Decreto nº 14.229, de 23 de junho 1920. In: Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1920, v.II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921. Disponível na Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz.

_____. Decreto nº 15.229, de 31 de dezembro de 1921. In: Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. Disponível na Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz.

BRUM, Cristiano Enrique de. A Missão Médica Brasileira na Primeira Guerra Mundial através de Relatos e Memórias de seus Participantes. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.8, n.1 jan./jun. 2015, p. 47

CANTUARIA, João Thomaz. Relatório de 1897 apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1898. Imprensa Nacional, 1898, p. 33. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

CAMPOS, Murillo; e MORAES, Mario Saturnino de. Algumas considerações sobre o Serviço Medico do Exercito - Medicos do quadro e medicos da reserva. Medicina Militar, Rio de Janeiro, n. 9, anno XII, abril de 1923, p. 275.

CARDOSO, Motta Rachel. A Higiene Militar: Um Estudo Comparado entre O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e O Cuerpo de Sanidad do Exército Argentino (1888-1930). Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências. 2013, p.239, 240.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

DUTRA, Eurico Gaspar. Relatório do Ministro de Estado da Guerra relativo ao ano de 1936. Imprensa do Estado-Maior do Exército, maio de 1937. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em 29 de agosto de 2018.

ESCOLA DE APLICAÇÃO PARA O SERVIÇO DE SAÚDE. Relatório de 1928. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

FERREIRA, Affonso de Souza. Ofício nr. 28 de 15 de março de 1926 disponível no AHEX.

FROTA, Antonio Nicoláo Falcao. Relatório do Ministro de Estado dos Negocios da Guerra. Imprensa Nacional, junho de 1891, p. 18 a 37. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>.

GOUVÊA, José Thomaz Nabuco de. Documento datado de 23 de outubro de 1918 do Chefe da Missão Médica Especial ao General LuisFelippe Napoleão Aché, Chefe da Comissão de Estudos e Operações de Guerra e aquisição de material na Europa.

KLAJMAN, Charles. Soldados de Farda Branca: O Conhecimento científico divulgado através do periódico Medicina Militar: 1910-1923, Novas Edições Acadêmicas, 2017.

_____. A Gripe sob a ótica da História Ecológica: um estudo comparativo entre as pandemias de 1918 e 2009 Hist. R., Goiânia, v. 20, n. 3, p. 118-137, set./dez. 2015.

_____. O Conhecimento Científico Divulgado pelos Soldados de Farda Branca, Através do Periódico Medicina Militar (1910 - 1923). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da COC - FIOCRUZ, 2011, p.53.

LEGLER, Just. Ofício datado de 29 de julho de 1931 do Director de Ensino da EASS ao Chefe da MMFB. Disponível no AHEx.

_____. Ofício datado de 8 de outubro de 1930 do Director de Ensino da EASS Ten-Cel Legler ao Chefe da MMFB. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

MALAN, Alfredo Souto. Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro, BIBLIX, 1988.

MARLAND, Louis. Relatório “a respeito do último curso de Aperfeiçoamento da Escola” encerrado a 25 de junho de 1927. Encaminhado pelo Ofício 288 de 2 de julho de 1927, do Comandante da EASS ao Chefe do Estado Maior do Exército. Documentos disponíveis no Arquivo Histórico do Exército.

_____. *Rapport de fin d'année du Medicin Prinsipal Marland, Directeur des Etudes à l'Ecole de Perfectionnement du Sevice du Santé* de 29 de dezembro de 1924. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

McCANN, FRANK D. Soldados da pátria: História do Exército brasileiro (1889-1937) – Rio de Janeiro: Companhia das Letras e Biblioteca do Exército Editora, 2009.

Medicina Militar, setembro de 1922, p.87. Curso de Aperfeiçoamento do Serviço de Saude do Exercito. Disponível na Biblioteca de Ciências Biomédicas de Manguinhos – Fiocruz.

_____. Agosto de 1921, p.45. Disponível na Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz.

_____. “Inauguração do Curso de Veterinária”, julho de 1914, p. 26 e 27. Disponível na Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz– Fiocruz.

MESQUITA, Manoel Petrarcha de. Do estado actual da organização do Serviço de Saúde do Exército. Medicina Militar, Rio de Janeiro, março de 1910, p.18.

O BRAZIL MEDICO 1891, ed.48, p. 387 e 388. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

O MALHO, edição 0966 de 19 de março de 1921. Retirado do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

REVISTA DA SEMANA, n.21 de 20 de maio de 1922, ed. 0021. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

ROCHA, Ismael da. “Transmissibilidade de moléstias dos animaes ao homem”. Medicina Militar, julho de 1910, p. 554-569. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

SILVA, Arthur Lobo da. O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro. Bibliex, 1958. Disponível na Biblioteca do Exército.

SILVA, Carlos Edson Martins da. A Missão Médica Especial brasileira de caráter militar na Primeira Guerra Mundial. Navigator, V. 10 – N.20, 2014. http://revistanavigator.com.br/navig20/art/N20_art2.pdf.

VANTILLARD, André. Relatório de 2 de julho de 1914 ao General Ismael da Rocha, “Inspetor Médico do Exército Brasileiro” sobre as atividades da missão militar de veterinária francesa durante o mês de junho de 1914. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

_____. Relatório de 1º de maio de 1914 ao General Ismael da Rocha, “Inspetor Médico do Exército Brasileiro” sobre as atividades da missão militar de veterinária francesa durante o mês de abril de 1914. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

Recebido em abril de 2024
Aceito em agosto de 2024